

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resolução de Afastamento nº 508/2012	2
SUMÁRIO	Atos Legislativos	
	Ata da 2154ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL	
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665	
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral	
EXPEDIENTE	FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA Diagramação	
	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h	
MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.	

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

RESOLUÇÃO Nº 508/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **PEDRO SOUZA PEREIRA, Agente Legislativo**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 10.12 a 15.12.2012, com a finalidade de participar de visita técnica ao setor de cerimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 07 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2154ª SESSÃO, EM 06 DE NOVEMBRO 2012.

44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)

Às nove horas do dia seis de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convidou o Senhor Deputado Joaquim Ruiz para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da

Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Joaquim Ruiz) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação.

A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Requerimento nº 004/12, de 02/10/12, do Deputado Erci de Moraes, solicitando prorrogação de prazo por igual período, para analisar e emitir Parecer a proposta de emenda Constitucional nº 008/12. Requerimento s/nº, de 23/10/12, do Deputado Joaquim Ruiz, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 074/11 de autoria própria, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão de dívidas resultante de financiamentos provenientes de recursos do FUNDER.

-Ofício nº 052/12, de 31/10/12, do Deputado Marcelo Natanael comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 31/10/12.

-Ofício nº 025/12, de 30/10/12, do Deputado Remídio Monai Montessi, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 31/10/12.

-Ofício nº 055/12, de 01/11/12, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando agendamento de Audiência Pública.

-Ofício nº 029/12, de 01/11/12, do Deputado Marcelo Cabral comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 01/11/12.

-Ofício nº 053/12, de 31/10/12, do Deputado Marcelo Natanael comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 01/11/12.

-Ofício nº 001/12, de 01/11/12, do Deputado Naldo da Loteria comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 01/11/12.

-RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

- Ofício nº 407/12, de 25/10/12, trazendo ao conhecimento a correspondência da lavra da Associação dos Auditores-Fiscais do Tribunal de Contas do Estado de Roraima datada de 23/10/12.

-Ofício Circular nº 27/12, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 (cinco) anos para o cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, dos gestores Paulo de Souza Peixoto, Francisco Bosco Feitosa e Maria Ozana Patrício de Souza.

-Ofício nº 415/12, de 31/10/12, referente ao relatório de Monitoramento nº 040/12 – DIFIP. Mandado de Intimação nº 720/12, intimando o Deputado Francisco Sales Guerra Neto.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos.

O Senhor Deputado Flamarion Portela - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados. Primeiro, lamento a ausência de Deputados, principalmente a do Presidente Chico Guerra, também a do Deputado Célio Wanderley, Presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle. Mas, quero hoje ler o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado. Tive a oportunidade de lê-lo, do que separei alguns pontos relevantes, enaltecidos e destacados por aquela Corte.

Ao longo de vários dias temos trazido à Tribuna desta Casa, este assunto que trata sobre as aplicações dos recursos do IPER. Mas, Deputados Erci e Célio, início lamentando profundamente, Deputado Célio, o que ocorreu na reunião que Vossa Excelência presidia, quando o ex-Deputado Braga aqui esteve. O ex-Deputado Braga chegou a dizer que eu ocupava a Tribuna para falar besteira. Eu esperava, Deputado Célio Wanderley, era uma reação enérgica, retrucando tal observação. Primeiro, porque nós tratamos, como é praxe desta Casa, com todo respeito a todos que aqui vêm, quer seja do executivo ou de outro Poder, não só o Flamarion, mas qualquer Deputado que for destrutado por qualquer que esteja prestando depoimento ou esclarecimentos a esta Casa tem a obrigação de manifestar esse respeito. Eu, me considero uma pessoa absolutamente normal, mas sou zeloso ao ocupar esta Tribuna, só venho ocupar a Tribuna, Deputado Célio, quando trago documentos. Eu não ocupo esta Tribuna de forma leviana, eu não atinjo ninguém. Eu nunca disse, desta Tribuna, o que e como o ex-Deputado Braga deveria fazer com o orçamento dele, a quem ele deveria nomear. O máximo que eu falei do ex- Deputado, foi que ele se revestiu, se incorporou de um grande conhecedor do mercado financeiro, foi a única coisa que disse sem ofendê-lo, jamais. Portanto, quando assim age, ele não está destrutando pontualmente o Deputado Flamarion, ele está desrespeitando o Poder Legislativo. Infelizmente, este Poder nem a isso reage mais.

Mas, quero começar destacando alguns pontos do relatório do Conselheiro Essen Pinheiro, aprovado por unanimidade dos demais Conselheiros.

Primeiro Ponto, além da rentabilidade, estabelece

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede questão de ordem – Deputado Flamarion, me permita fazer-lhe uma pergunta apenas para clarear mais: este relatório do Conselheiro Essen Pinheiro foi feito por uma equipe de técnicos?

O Senhor Deputado Flamarion continua. - Foi uma equipe de técnicos que foi ao instituto, verificou, pediu documentos, alguns concedidos, alguns não, e aí, em cima disso, o Conselheiro elaborou o seu relatório, submeteu-o ao plenário que o aprovou por unanimidade. Então, diz o conselheiro Essen Pinheiro: “a norma diz que, além da rentabilidade que estabelece às aplicações, deve observar as condições de segurança, solvência, liquidez e transparência”.

Já no parágrafo segundo ele diz: “não houve encaminhamento dos extratos financeiros bancários que compõem o devido acompanhamento das operações realizadas. Deputados Naldo e Jalser não estão aqui, mas sequer os extratos foram encaminhados para o Tribunal de Contas do Estado, consta aqui no relatório”. Ele fala aqui de risco e etc...

Ele destaca aqui também algo bem importante. Ele diz que a gestora do fundo diferencial de renda fixa a longo prazo, para o qual foram transferidos do IPERR setenta milhões com carência de setecentos e trinta dias, taxa de saída de 15% sobre o valor aplicado e taxa de administração variada de 1.25 a 2.25. Condições essas desfavoráveis à administração, sabido que no mercado há opção de produtos similares sem prazo de carência, sem taxa de saída e com taxa de administração bem inferior. Ele cita: taxa de administração 02, 03, 06 etc... além de administrados por instituições financeiras tradicionais. Ele também cita a solvência do BVA, que diz que isso agride o interesse público. Mais à frente ele destaca: “A decisão tomada para expor cento e oitenta milhões de reais a risco fora do comum não foi motivada em parecer técnico qualificado, comprovando que as aplicações comumente oferecida pelo mercado eram suficiente para o atingimento da meta, pendente a atingir o mínimo de rentabilidade necessária para rastrear e suportar os futuros compromissos do fundo de previdência.” Ele fala também desse Ático, que deu um rendimento bem inferior, fala ainda dessa condição do tempo que o dinheiro vai ter que ficar lá. O IPERR, que é o investidor, não tem garantia de resgatar seus recursos em dinheiro após os sete anos de carência. É como se tivesse aplicado com sete anos de carência, pois não há previsão de resgate de ações das ações das companhias, no caso Bolte e Energia SA. O que é uma pena! Um prazo tão longo para isso. E ele conclui esse parágrafo dizendo: A gestão do IPERR foi, no mínimo, “imprudente”, olhem bem o que o Conselheiro diz, “e leviana o fazê-lo”, ou seja, para ser mais delicado ele assim diz. Foi observado que não consta nos autos a prova de formação de nível superior dos membros do Conselho do IPERR, Conselho Estadual de Previdência, conforme a lei tal... Isto também é muito grave! Ele chega a dizer que este Conselho é composto por cargos Commissionados do IPERR. Deputado Marcelo, o Conselho é composto por servidores de cargos comissionados, sequer esses servidores contribuem para o IPERR. Como o Relatório é extenso, eu estou destacando apenas alguns pontos importantes para chegar ao final. Diz ainda o Conselheiro Relator. Salienta que a atuação do gestor deve ter respaldo do Conselho Estadual de Previdência, bem como do comitê de investimento, desse modo ocorreu uma atuação solidária à revelia do ordenamento constitucional e infraconstitucional que considerou duas situações: Uma, as irregularidades na sua formação. Duas, agiu sem a maior cautela da eficiência administrativa, investindo, até que se prove em contrário, em instituições financeiras inidôneas e desprovidas de suficiente credibilidade para justificar aporte tão expressivo de recursos do fundo previdenciário com presumidos e gravíssimos efeitos de futuro, ainda mais quando não se tem informação da capacidade do Estado de assumir todo ônus derivado disso. É muito forte o que está dito aqui. Aí ele cita grandes mestres do direito administrativo. Passando ainda para a frente, disse o Conselheiro Essen Pinheiro, e eu pediria a atenção dos Senhores e Senhoras Deputados: o IPER está sofrendo um prejuízo de 15 milhões de reais. Vou repetir o que está escrito no relatório aprovado pelo Tribunal de Contas. O IPER está sofrendo prejuízo na ordem de 15 milhões de reais em função dos recursos que estão amarrados por carência para o resgate de taxa de saída e prejuízos não mensuráveis em função dos valores atrelados ao mercado de ações. E, ainda, na iminência de novos prejuízos.

Portanto, aqui está destacado de forma clara, taxativa, explícita,

que o IPER está sofrendo um prejuízo de 15 milhões de reais. Só que esse dinheiro não é do IPER, esse dinheiro é administrado pelo IPER, mas ele pertence aos servidores públicos do Estado de Roraima. E, diz mais o Conselheiro Essen, ainda manifesta sobre a real possibilidade da ocorrência de ato improprio dos responsáveis que atuam na gestão do IPER. Aqui, agora, o Conselheiro faz uma comparação. O diferencial que já foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central. Olhem a taxa que ele pagou do início do ano até setembro! Isso é muito importante. A taxa que ele pagou do início do ano até setembro, a sua rentabilidade até setembro foi de 12.39%. Sabem quanto foi o do Banco do Brasil? 20.23%. Volto a repetir: o diferencial pagou somente 12,93%. O Banco do Brasil pagou 20.23%. A Caixa Econômica pagou 16.76%. Qual é a mágica? Como é que o Deputado Braga vem aqui e convence os Deputados. Todos ficam satisfeitos. Todos se dizem felizes, deputado Brito, quando está a título do relatório do Conselheiro de Contas. Enquanto o diferencial rendeu 12%, o Banco do Brasil rendeu 20%. A Caixa Econômica rendeu 16%. Meu Deus, como é que se tira o dinheiro do banco oficial, que é 100% seguro, coloca-se numa instituição que corre risco, tanto corre risco, que foi liquidada pelo Banco Central. E o seu rendimento é menor.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado Flamarion, pedi permissão a Vossa Excelência para o aparte. Primeiro, porque Vossa Excelência pronunciou meu nome no início, quando nós estávamos presidindo a Sessão no dia 29 do mês passado, onde estavam presentes alguns colegas Deputados como Joaquim Ruiz, Aurelina Medeiros, Mecias de Jesus, Gabriel Picanço, Brito Bezerra, Soldado Sampaio e alguns outros Deputados. E no momento em que ocorreu o fato de o Braga citar o nome de Vossa Excelência, nós estávamos, como sempre estamos aqui nesta Casa, trabalhando com dois microfones. Um dos quais se encontrava com o Deputado Mecias e o outro com o Braga, que apresentava o seu pronunciamento. E eu, presidia a Sessão. No momento em que o Braga se referiu a Vossa Excelência e fez as afirmações. Imediatamente o deputado Mecias pegou o microfone que estava com ele e o repreendeu de forma enérgica. E em seguida, eu dei inteira razão para o Deputado e pedi que o Deputado Braga se portasse. E as pessoas que foram lhe falar esqueceram que logo em seguida, após terminar a Sessão, também a nossa secretária adjunta referiu-se ao seu nome, com relação aos depósitos do IPER que eram feitos na época em que o Senhor era Governador. E eu pedi a ela, da mesma forma que o Deputado Mecias pediu que se referisse ao fato de agora, e sobre o passado ficava para ela conversar pessoalmente com Vossa Excelência. Então, quando fizeram as colocações, quero dizer que, durante todo esse tempo que eu estou como Deputado aqui, já fui Presidente e Vice-Presidente desta Casa por duas vezes. Já tive oportunidade de acompanhar e comandar as Sessões nesta Casa na época em que o Presidente era o Airton Cascavel. E nunca, em nenhum momento, eu deixei que a Casa fizesse o meu trabalho como Deputado. Lamento que o ex-Deputado Braga tenha se portado dessa forma, como alguns outros que vieram se portar.

Agora, eu quero dizer também para Vossa Excelência, que o Senhor fez a solicitação para que a gente convocasse o Braga na Comissão. Imediatamente eu atendi a solicitação de Vossa Excelência. Mandei o Requerimento para os dois secretários, conforme foram solicitados. E no dia seguinte, foi encaminhado um requerimento dizendo que não podia comparecer no dia 18 e que compareceria no dia 19. Então, como Vossa Excelência fez a colocação de que todos os Deputados que estavam lá ficaram satisfeitos, calaram a boca. Mas, não foi assim, não! O Deputado Soldado Sampaio pediu que fosse encaminhado a esta Casa. Nós solicitamos que fosse montada uma assessoria na Casa para nos auxiliar. Infelizmente, Vossa Excelência que vem fazendo um estudo mais detalhado sobre esse assunto não se encontrava no momento para nos auxiliar. E até, eu contava exatamente com o conhecimento de Vossa Excelência sobre o assunto. Então, os colegas que estiveram presentes na Sessão, todos se manifestaram, colocaram a preocupação, colocaram essa questão. Alguns colegas, inclusive, colocaram de uma forma que eu achei que não deveria ser colocada, dizendo que, no papel, tudo valia. E isso a gente chegou a dizer que talvez não fosse, porque na realidade o que nós precisaríamos era exatamente dos extratos que ficaram de encaminhar ao Deputado Soldado Sampaio no prazo de cinco dias. Por isso a minha colocação era neste sentido. Eu acho que o assunto não se encerrou com a reunião. Nós temos oportunidade de, agora, com esse relatório do Tribunal de Contas, fazer investigações mais profundas no sentido de encontrarmos uma solução que seja definitiva para o IPER. Era isso que eu queria colocar.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Está bom, Deputado Célio. Muito obrigado. Concedo um aparte ao Deputado Joaquim Ruiz.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Deputado Flamarion, dentro do contexto que Vossa Excelência está colocando ao plenário sobre a situação do IPER, cabe aqui reconhecer um erro desta Casa. Não só sobre o tema que está sendo abordado por Vossa Excelência, mas por vários problemas que já estão ocorrendo, mas poderiam ter sido evitados se fosse regulamentado a PEC, Jalsen Renier. Então, o que eu quero colocar claro é que nós também temos parte de culpa. Quando eu digo nós, é nossa instituição. Em que pese essa situação, nós estamos agora elaborando um documento, com o intuito de alcançar as 16 assinaturas para que, finalmente, se resolva o problema da PEC do Deputado Jalsen Renier. Era o que eu gostaria de acrescentar. E me senti, em relação ao seu discurso, que deveria reconhecer que nós também erramos.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado, Deputado Joaquim Ruiz pelo aparte. Concedo a palavra ao Deputado Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Flamarion Portela, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, primeiramente, engrandeço o pronunciamento de Vossa Excelência. Mas, durante o meu pouco tempo aqui, nunca subi na tribuna para falar besteiras. Foi uma das coisas que eu mesmo, falei para Vossa Excelência sobre o que ouvi da boca do ex-Deputado Braga na reunião. Agora, quero, também, discordar de Vossa Excelência, quando Vossa Excelência disse que todos os Deputados ficaram satisfeitos. Eu não fiquei satisfeito. O Deputado Soldado Sampaio não ficou satisfeito. Inclusive, eu fui o Deputado que disse: Ora, Braga, papel aguenta tudo. Eu não estou satisfeito com essa documentação que Vossa Senhoria está apresentando aqui. Eu desconheço esses números. Eu sei que o Senhor não é expert em aplicações financeiras, se contradisse por duas vezes. Fiz duas perguntas enfáticas para ele, pedi que fosse objetivo. Se o dinheiro do servidor público que estava no IPER, estava garantido? Ele respondeu que estava garantido, portanto mentiu quando o Tribunal de Contas encontrou indícios desses desvios. Também solicitei ao Presidente da Comissão, Deputado Célio Wanderley, que fosse montado uma assessoria nesta Casa para estudarmos, analisarmos a documentação que lá estava, enquanto a documentação sobre o Estado viria posteriormente por esta Casa, portanto, vários Deputados não ficaram satisfeitos, eu fui um deles, enfim, tenho certeza que ali vai se descobrir muito mais do que o TC descobriu. Parabéns e muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. Deputado Brito, muito obrigado. Peço desculpas por eu ter generalizado, mas é porque ouvi o comentário de Deputados que apoiam o governo, que o Anchieta tinha dito que o Braga tinha vindo aqui e tinha dado um show. Deputado nenhum tinha questionado, por isso generalizei. Peço escusas pela expressão aos outros Deputados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Flamarion, eu também estava presente, na hora em que o Ex Deputado Braga se dirigiu a Vossa Excelência, de forma não muito respeitosa. E, prontamente, o Deputado Mecias o defendeu. Mais tarde, o Deputado Célio Wanderley disse que não se pronunciou porque já tinha ocorrido e concordava com todos que estavam ali com a defesa que o Deputado Mecias fez. Então, Vossa Excelência não deixou de ser defendido. Quero parabenizar a coerência do Presidente da Comissão, Deputado Célio, que conduziu com extrema habilidade, inclusive, quando um Deputado foi descortês com os colegas, foi repreendido pelo Braga. Então, acredito que houve, sim, extrema respeitabilidade para com os colegas que estavam debatendo. Entende-se que é muito importante que esses relatórios estejam ai, até porque o TC é um órgão auxiliar, como bem disse o Deputado Célio, nós convocamos uma vez e podemos convocar outra. É preciso estarmos esclarecidos, não porque veio o relatório, acho que nós temos que dar ampla defesa, esta Casa deve apresentar essa atitude. Se o Tribunal de Contas colocou esses dados importantes, e diante de qualquer dúvida, é necessário que esta Casa o convide de novo para nos esclarecer, caso ele não esclarecer, então, a Casa toma outras providências.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado George Melo.

Decisão do Relatório, que seja de imediato afastado temporariamente até apreciação do feito do Presidente do IPER, recomendação 01; recomendação 02, intimar o Governador sobre a decisão; recomendação 3, que o gestor se abstenha de realizar novos contratos e operações financeiras do modo verificados; Recomendação

04, com fluxo no inciso II, artigo 1º, parágrafo I, do Artigo 48 do Regimento deles, defere pelo encaminhamento de cópia da decisão preliminar à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, adotem as providências que visem afastar maiores riscos do equilíbrio financeiro do sistema previdenciário está posto numa das decisões que sejam encaminhadas cópias ao Ministério Público Federal com o acompanhamento da aplicação financeira por meios dos extratos e relatórios e que este seja apresentado mensalmente, porque o extrato nunca foi apresentado. Prazo de 15 dias para que o gestor apresente a esta corte cópia da correspondência do Melô Serviços Financeiros Distribuidoras de Títulos SA, prazo de 15 dias para que o gestor apresente cópia da Ata da Assembleia Geral do Fundo Atico de Geração de Energia, aprovando precificação afim de comprovar rentabilidade de 27, 29 afirmado por essa corte.

Então, Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou apresentando aqui, o pedido de CPI para o IPERR, vou colher assinaturas, quem quiser está disponível para assinar. Agora, eu fiz questão de colocar no fato determinado algo específico, algo contundente, Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete membros para, no prazo de 90 dias, verificar a aplicação dos recursos financeiros do IPERR no período de abril de 2002, para o meu Governo ser fiscalizado também pela CPI. O Governo Flamarion Portela também entra na investigação da CPI, de abril de 2002 até os dias atuais. No pedido de CPI está incluído a integralidade do Governo Flamarion Portela, abril de 2012, o fato determinado é verificar a aplicação dos recursos do IPERR no período de abril de 2002 até os dias atuais. Concedo um aparte ao Deputado Naldo da Loteria.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Naldo da Loteria – Deputado Flamarion, foi uma pena o Senhor não estar presente na reunião com o Presidente do IPERR, uma vez que anteriormente eu fiz o pedido de CPI e a maioria que tinha assinado pediu para aguardar até que o Presidente do IPERR fosse ouvido. E realmente foi esclarecedor o depoimento do Presidente do IPERR no sentido de que ele está brincando com o mercado financeiro, com o dinheiro do funcionário público. Ele deu uma demonstração de que é muito fácil pegar dinheiro do povo e fazer leilão a seu gosto. Não só o Presidente, mas todo o Conselho Administrativo daquele instituto é responsável por isso. Quero dizer que vou assinar junto com Vossa Excelência o pedido para uma CPI; o Tribunal de Contas, por ser um órgão auxiliar do Poder Executivo, deu uma lição que cabe a gente acompanhar e fazer o nosso papel que é cuidar do patrimônio dos servidores deste Estado. Então, Vossa Excelência pode contar com o meu apoio. Vamos investigar, porque com certeza tem muito a ser esclarecida.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado Deputado Naldo, Vossa Excelência tem se mantido na posição de coerência. O Tribunal de Contas veio aqui demonstrar que o rendimento que aqui é tanto, lá não é. Enquanto o Banco do Brasil rendeu 20%, enquanto o outro rendeu 12%; a Caixa Econômica rendeu 16%, enquanto o outro rendeu 12%. Inclusive, aplicou num fundo que foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central. Concedo um aparte à Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Eu só queria reiterar aquilo que a gente tem tido desde o início das discussões. Li o relatório do Tribunal de Contas, também encontrei, como razões, suposições de riscos, de perdas. Eu não consegui identificar quanto já perdeu, onde. Mas, houve o compromisso do Presidente do IPERR em encaminhar, inclusive, com prazo determinado os documentos exigidos pelos Deputados. Apenas reitero uma sugestão que coloquei aqui na reunião da comissão. Eu disse que não tenho capacidade técnica para analisar essa matéria, acho que a maioria também disse isso. E, continuo pedindo que a Comissão e o próprio Presidente tragam alguém a esta Casa para nos ajudar na análise, inclusive, Relatório do Tribunal de Contas. Eu não consegui identificar onde está principalmente o nó da questão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Flamarion, quero complementar a vossa fala, antes o parabenizo porque é um dos Deputados que, ao usar a Tribuna, trazem dados numéricos, pesquisa. Agora, sempre esteve claro para nós os riscos dessas aplicações financeiras, está comprovado que está havendo prejuízo nos investimentos. Está comprovado que as taxas de administração que está sendo pago a essas administradoras que estão gerenciando esses recursos é bem maior do que cobra a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, ou seja, para mim, está evidente que há prejuízos nessas aplicações feitas pelo Presidente do IPERR. O que nos preocupou é que na explanação do Presidente do IPERR para os Deputados, ele

sempre dizia que conhecia, que decidia e que resolvia, inclusive, o Deputado Brito questionou se ele não tinha uma equipe técnica. Inclusive, foi questionado pelo Tribunal de Contas a sua composição, como também não tinha Comitê de investimento no IPERR, foi criado simplesmente para dar um Parecer sobre essa aplicação dos recursos de bancos públicos para privados. Pois, somente funcionários comissionados compõem esse Comitê e o ex-Deputado Braga é o Presidente. Me parece que estão brincando de fazer de contas com o dinheiro alheio, aplicar dinheiro da contribuição dos servidores com mais de trinta e cinco anos em banco que são agiotas legalizados. Eu acho que cabe a nós regulamentar essa questão, pois isso está acontecendo em outras instituições indiretas como é o caso da Universidade Estadual e do próprio DETRAN. É preciso que esta Casa tome providências urgentes e assumo o seu papel

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Obrigado, Deputado Sampaio. Senhor Presidente, tenho em mãos o requerimento com 16 assinaturas para regulamentar a emenda Jalser Renier, corresponde a três quintos dos membros deste Poder. Vou passar às mãos de Vossa Excelência para que, se possível, seja votado agora neste Plenário, pois não dá mais para esperar. Temos que regulamentar ou então submete à apreciação, vamos votar novamente e acabar a emenda Jalser Renier. Sinceramente a gente tem apelado a Vossa Excelência reiteradas vezes. Mas, aqui, constam dezesseis assinaturas. Passo às mãos do Requerimento para que, juntamente, com a Mesa, possa analisar o pleito de 16 Deputados. Concedo um aparte ao Senhor Deputado Chicão da Silveira.

Aparte concedido ao Senhor Deputado (Chicão da Silveira) – Deputado Flamarion, cumprimento Vossa Excelência pelo zelo de Vossa Excelência junto ao IPER. Eu estou há tantos anos nesta Casa, e eu nunca presenciei uma manifestação do Tribunal de Contas, eu não tive acesso ao Relatório, mas atento a fala de Vossa Excelência, percebo que o Tribunal de Contas está recomendando o afastamento ou até o pedido de uma CPI.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Só o afastamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado (Chicão da Silveira) – Eu acredito que o Poder Legislativo não pode ficar ausente de uma recomendação técnica tão importante quanto a essa do Tribunal de Contas, nunca visto durante o tempo que estou nesta Casa.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Agradeço ao Deputado Chicão, agradeço a paciência da Mesa. Passo o Requerimento à Mesa. Era o que tinha para hoje. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes. Primeiramente, apresento um adendo aos pronunciamentos feitos ao longo de várias Sessões pelo Deputado Flamarion Portela. Primeiro, repito o que eu disse aqui no aparte: nunca vi Vossa Excelência subir na Tribuna para falar besteira. Segundo, achei desrespeitoso, por parte do Deputado Braga, o então Presidente do IPER, dizer que Vossa Excelência subia neste Plenário para falar besteira. E a respeito ao documento, desse relatório que foi enviado pelo Tribunal e Contas do Estado, mas sei que o assunto do IPER já está muito batido, porém, muito mais batido, Deputado Flamarion, está o dinheiro do contribuinte que vem ao longo de muitos anos colocando o seu suor de cada dia para que, no final de sua carreira, possa ter melhores dias, gozar de um certo conforto com seus familiares. Aí, sim está batido, aí sim está desprotegido. Quero dizer para Vossa Excelência que o sentimento do povo do Estado de Roraima é de total abandono, politicamente, sem rumo, sem direção, ou seja, estamos vivendo um regime de total desgoverno. A classe política está desacreditada. Quando eu digo a classe política, me refiro a Vereadores, Prefeitos, Deputados e o governador em especial. Esse é o sentimento do nosso povo. Quer que eu diga o sentimento da classe política do nosso Estado, Deputado Gabriel Picanço? O sentimento da classe política do nosso Estado é que as pessoas esquecem tudo, e quando chega próximo às eleições, os políticos começam a visitar casa das pessoas, visitar os cabos eleitorais, usar de algum poder econômico financeiro e tudo é esquecido, e ele volta ao poder. Eu quero acreditar que nestas eleições de 2012 as pessoas, os eleitores, os roraimenses mandaram um recado para a classe política do estado de Roraima. O poder econômico e financeiro não influencia tanto na vitória das eleições, porque o governo perdeu, praticamente, em todo o Estado enquanto o abuso do Poder Econômico foi relevante. Quero dizer para o Deputado Flamarion Portela: que assino esse pedido de CPI, mas desejaria poder assinar mil vezes, para eu assinar essa CPI com muita energia, com muita veemência. Eu quero que, quem pega o dinheiro do povo, do contribuinte, resultado de muito suor para dar

melhores dias ao povo, vá para a cadeia, pague na cadeia, se preciso for, porque o dinheiro do povo é sagrado. Quem pode gastar o seu dinheiro é você mesmo. Quero dizer que, com a anuência que nós temos, nós aprovamos aqui, porque nós jamais imaginamos, não podemos fazer isso, não tem essa história de gente boa, de gente amiga, não. É preciso ser competente, ser sério, acima de tudo, honesto, porque nós demos anuência para usar o dinheiro de vocês, com o dinheiro do povo nós não temos esse direito. O direito que nós temos aqui é dar anuência, é de assinar quando, realmente, a pessoa for responsável e séria. Precisamos tomar providências, porque o dinheiro do povo está indo para o ralo. O Projeto de Lei de Emenda Constitucional está aqui para ser votado, está com 16 assinaturas, que o Deputado Flamarion já colheu, aqui, e deve ser votado. Tem o nome de “Lei Jalser Renier”, porque foi proposta por Jalser há alguns dias, mas nunca foi aqui regulamentado. Significa que nós podemos chamar quantas vezes forem necessárias os gestores públicos do primeiro, segundo escalão, para prestar esclarecimentos sobre a administração dos recursos públicos, onde estão sendo colocados, e não só nas sabatinas. Acredito que devam ser aprovados, também, e que os caros colegas aqui vão votar juntos. Mas, eu vou me ater aqui a uma Proposta de Emenda a Constituição que eu estou apresentando hoje nesta Casa, que acresce dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima. Veja bem, acompanhamos em Roraima constantes mudanças, aliás, não só em Roraima, mas em todo o Brasil, devido ao processo democrático de direito que é a manifestação do voto nas eleições municipais e estaduais. Senhor Presidente, nós podemos observar, sobretudo, nas prefeituras municipais, quando um candidato eleito pela oposição, esse que será o novo prefeito não tem acesso livre à administração municipal, aos recursos públicos que ali estão. Então, quando ele assume, está totalmente perdido, então, ele vai tomar pé da situação apenas quando assume, e será uma perda de tempo, e aí, são documentos se foram, aí são outros colaboradores, outro quadro de Secretários para que se inicie um trabalho, e quem perde é o contribuinte, é o povo, porque o dinheiro de quem está na prefeitura é do povo. Então, em nível de governo, também acontece isso. Se um Governador for eleito e for opositor, não tem acesso, ao processo de transição que foi dado início, de maneira a ser divulgada para todo Brasil. Lembro demais quando o PSDB perdeu para o PT, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, de maneira democrática e louvável, convidou o PT que passou lá dois meses em um processo de transição, buscando entendimento de como administrar este País com dimensão continental. Mas, nas Prefeituras, aqui no estado eles não facilitam o acesso, não querem, não podem, porque tem que esconder, tem que isso, tem que aquilo, enfim, aqui não pode. Já em Minas Gerais pode, onde os governadores entendem que o processo democrático de direito é muito maior do que a questão partidária. Aécio Neves incluiu isso na Constituição e lá pode, mas ele também é do PSDB, também o daqui, Governador é do PSDB e poderia tomar como exemplo... Então, a justificativa, a presente proposta de Emenda Constitucional tem como fundamento o artigo primeiro da Constituição Federal de 1988, no qual estabelece que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, bem como no princípio da Administração Pública da continuidade administrativa. Tal proposta visa o fortalecimento da democracia em nosso Estado, através da obrigatoriedade de se dar acesso a formações relativas às contas públicas ao futuro gestor do município ou Estado, o que, até então, por não ser regulamentado pela nossa legislação, é uma faculdade do gestor em exercício, sendo, portanto, contrário à noção da democracia, ou seja, se o gestor do Município não deixar, o próximo gestor não terá acesso às contas. A importância em se estabelecer, explicitamente, na Constituição Estadual a obrigatoriedade em questão, encontra-se amparada no princípio da continuidade da administração pública, sendo relevante a realização de uma transmissão de cargos transparentes no intuito de dar à nova gestão, a oportunidade de estabelecer os seus critérios de planejamento, tomando conhecimento antecipado das condições que lhe são essenciais, tais como: a situação atual das contas públicas, os programas e projetos continuados de governo, bem como a situação das respectivas secretarias em face ao exposto e com fundamento na administração pública, da impessoalidade, transparência, publicidade, razoabilidade e da supremacia dos interesses públicos, solicitamos de todos os nobres colegas parlamentares o apoio para o debate, discussão, apreciação e aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição. Portanto, senhoras e senhores, nós vamos fortalecer o processo democrático de direito, para que as próximas gestões, a partir das eleições de 2014, sejam mais claras e mais

transparentes, dando, sobretudo, a oportunidade ao próximo governante ter acesso a essas contas públicas para que administre melhor os recursos públicos do seu município ou seu Estado. Outros estados da federação já tiveram, já tomaram essa providência. Quero, pois, contar aqui com o apoio de Vossas Excelências, não só para aprovação direta, mas também para o aperfeiçoamento. A Emenda à Constituição está aí, e pode ser trabalhada, ser discutida, para que possamos aprovar uma emenda que atenda os próximos gestores e a necessidade no nosso povo, da nossa gente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio - Obrigado pelo aparte, nobre Deputado. Quero me somar a Vossa Excelência na aprovação desta Emenda à Constituição. Vossa Excelência já tem o meu apoio. É importante essa transição de maneira amigável, construindo, na base do diálogo, principalmente no que se refere ao orçamento, a ser votado no fim do ano, para os novos prefeitos administrarem. Então, nada mais do que justo chamarem os nossos prefeitos eleitos para que discutam esse orçamento, porque se o orçamento não for aprovado em uma linha, pelo menos, próxima da nova gestão, é no mínimo um ano perdido. Então, acho que isso só vem somar, e o beneficiado será a sociedade. É preciso que a classe política tenha esse entendimento. Se for possível, vamos copiar o modelo de gestão de Minas Gerais. Lembro que em uma visita a este Estado, Aécio Neves deu um conselho ao nosso amigo do PSDB: não se deve politizar a educação, a saúde e segurança pública. Mas, infelizmente, o Governador não ouviu o conselho, e está aí a Segurança abandonada, com apenas meia cúpula de privilegiados. A saúde é um verdadeiro desespero. Inclusive, agora ele resolveu pagar o salário dos funcionários da saúde de forma parcelada. A educação vai de mal a pior, mais uma vez, infelizmente. Espero, como é uma Emenda à Constituição, que possamos aprová-la, e copiar algo bom de Minas Gerais, já que o Executivo não copiou o modelo de gestão do então Governador Aécio Neves que teve pontos positivos. E, olhem, sou oposição ao PSDB nacionalmente, mas temos que reconhecer que houve avanços. O Governador Aécio saiu de Minas para vir aqui ao Estado dar um conselho de graça, ele fez questão de dar esse conselho ao Governador de Roraima, de maneira pública, para não politizar a saúde, educação e segurança, e mais uma vez ele não ouviu o conselho, deixando, mais uma vez, os servidores e toda a sociedade sofrendo pela má gestão do governador. Então, Vossa Excelência tem nosso apoio nesta PEC, vamos aprovar algo de bom. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Vossa Excelência deu uma contribuição imensa neste assunto, até porque quem vai operacionalizar o orçamento do ano vindouro, será o novo gestor, o novo Prefeito, o novo Governador ou o novo Presidente. Então, é de muita importância, é essencial, que o próximo gestor participe da discussão do orçamento no ano anterior, para que no ano subsequente ele priorize o que ele prometeu em palanque, ao povo, de quem ele obteve votos e se elegeu.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Obrigado, Deputado Brito, concordo e quero me juntar a Vossa Excelência quanto ao seu pronunciamento, vou apoiá-lo nesta PEC, pois, como Vossa Excelência falou, os Prefeitos eleitos e reeleitos precisam priorizar seus programas de trabalho para o próximo ano. Acredito que eles têm o dever e o direito de participar do próximo orçamento pois são eles que vão gerenciar. No nosso Município, São

Luiz do Anauá, a prefeitura encontra muitas dificuldades em pagar os salários dos servidores que estão fazendo barreira pra montar a equipe de transição, mas, acredito, com a aprovação da PEC, a gente vai ter o direito e o dever de colocar na próxima legislatura uma equipe de transição dentro dos Municípios. Antecipar que voto a favor da sua PEC, pois, acredito que ela será de extrema necessidade para os Municípios, principalmente os que são muito pequenos, mas devem ser administrado com muita transparência e muita cautela. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra, continua – Obrigado, Deputado Gabriel Picanço, peço aos nobres pares que aprovelem este Projeto de Emenda à Constituição, para que os próximos gestores tenham a obrigação de montar uma equipe de transição. O Prefeito que estiver no poder tenha a obrigação de aceitar e discutir o andamento das contas públicas, para que possamos honrar ainda mais os recursos públicos. Então, é com o intuito de fortalecer a democracia que estou aqui hoje propondo esse Projeto de Emenda à Constituição. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, passaremos agora para o expediente da Ordem do Dia. O Senhor Presidente Coronel Chagas anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 047/12, que “Cria a Central de Notificação e Captação e Distribuição de órgãos do Estado de Roraima, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, e dá Outras Providências”, de autoria Governamental; Projeto de Lei nº 049/12, que “Cria os cargos de cirurgião dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”, de autoria governamental; Proposta de Moção de Pesar, pelo falecimento de Euclides José de Souza Silva, conhecido como TIDE; e, Requerimento assinado por 2/3 dos Senhores Deputados, para regulamentação da Lei Jalsler Renier. O Senhor Presidente Coronel Chagas suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões possam emitir parecer às matérias. Após tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário verificar o quórum para deliberação das matérias.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, não há quórum para deliberação das matérias.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Não havendo quórum para deliberar as matérias, transfiro a Ordem do Dia para a Sessão Plenária de amanhã, dia 07 de novembro, no horário regimental. Passaremos agora para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Gostaria de registrar a passagem do aniversário da Senhora Fátima Regina Macedo, esposa do Deputado Chicão da Silveira.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Não havendo mais quem queira usar do expediente de Explicações Pessoais e mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 07 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portel la, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 07/11/2012

SOS

HOSPITAL
DA CRIANÇA
FAÇA SUA PARTE !!!